



**UNIÃO DOS ESCOTEIROS DO BRASIL**  
**REGIÃO DE SÃO PAULO**  
**EQUIPE REGIONAL DE GESTÃO DE ADULTOS**



**UD2 - Estrutura de Grupo**

Carta Prego

Vocês estão recebendo uma lista com oito cargos que normalmente existem dentro de um Grupo Escoteiro, na linha de dirigentes.

Seu trabalho é escolher dentre eles os cargos mais importantes para a administração do grupo, um para que cada um dos componentes da sua equipe, pois às vezes temos trabalhar com menos gente do que necessitamos.

Liste três argumentos para justifiquem essa escolha.

Façam também uma lista das principais tarefas para cada um dos cargos escolhidos.

Tempo: 15 minutos.

Sempre Alerta! ! !

A Direção do Curso

Descrever as principais tarefas de cada cargo:

<b>Diretor Presidente</b> ..... ..... ..... ..... ..... ..... ..... ..... ..... .....	<b>Diretor Administrativo</b> ..... ..... ..... ..... ..... ..... ..... ..... ..... .....
<b>Diretor Financeiro</b> ..... ..... ..... ..... ..... ..... ..... ..... ..... .....	<b>Diretor Técnico</b> ..... ..... ..... ..... ..... ..... ..... ..... ..... .....
<b>Diretor Tesoureiro</b> ..... ..... ..... ..... ..... ..... ..... ..... ..... .....	<b>Comissão Fiscal</b> ..... ..... ..... ..... ..... ..... ..... ..... ..... .....
<b>Diretor de Sede</b> ..... ..... ..... ..... ..... ..... ..... ..... ..... .....	<b>Diretor de Cozinha</b> ..... ..... ..... ..... ..... ..... ..... ..... ..... .....



**UNIÃO DOS ESCOTEIROS DO BRASIL**  
**REGIÃO DE SÃO PAULO**  
**EQUIPE REGIONAL DE GESTÃO DE ADULTOS**



**UD5 – Plano de Grupo**

Carta Prego

Você já tem um cargo de Dirigente de Grupo designado para você na UD2.  
Junte-se com os cursantes das demais equipes que ocupam o mesmo cargo.  
Juntos façam uma lista com três objetivos a serem atingidos nesse cargo.

Tempo: 15 minutos.

Sempre Alerta! ! !  
A Direção do Curso

Equipe Regional de Gestão de Adultos – Curso Técnico de Administração de Grupo Escoteiro fls. 2



**UNIÃO DOS ESCOTEIROS DO BRASIL**  
**REGIÃO DE SÃO PAULO**  
**EQUIPE REGIONAL DE GESTÃO DE ADULTOS**



**UD5 – Plano de Grupo**

Carta Prego

Você já tem um cargo de Dirigente de Grupo designado para você na UD2.  
Junte-se com os cursantes das demais equipes que ocupam o mesmo cargo.  
Juntos façam uma lista com três objetivos a serem atingidos nesse cargo.

Tempo: 15 minutos.

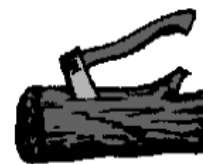
Sempre Alerta! ! !  
A Direção do Curso

Equipe Regional de Gestão de Adultos – Curso Técnico de Administração de Grupo Escoteiro fls. 2





**UNIÃO DOS ESCOTEIROS DO BRASIL**  
**REGIÃO DE SÃO PAULO**  
**EQUIPE REGIONAL DE GESTÃO DE ADULTOS**



**UD4 – Estatuto/Regimento de Grupo**

Carta Prego

Anexamos uma cópia do estatuto recomendado pela UEB como modelo para os Grupos Escoteiros e uma folha com uma das legislações sobre a matéria.

Sua equipe deve anotar no espaço apropriado quais os itens do Estatuto que atendem a legislação.

Tempo: 15 minutos.

Sempre Alerta! ! !

A Direção do Curso

CAPÍTULO II  
DAS ASSOCIAÇÕES

Art. 53. Constituem-se as associações pela união de pessoas que se organizem para fins não econômicos.

Parágrafo único. Não há, entre os associados, direitos e obrigações recíprocos.

Art. 54. Sob pena de nulidade, o estatuto das associações conterá:

I - a denominação, os fins e a sede da associação;

II - os requisitos para a admissão, demissão e exclusão dos associados;

III - os direitos e deveres dos associados;

IV - as fontes de recursos para sua manutenção;

V - o modo de constituição e de funcionamento dos órgãos deliberativos; [\(Redação dada pela Lei nº 11.127, de 2005\)](#)

VI - as condições para a alteração das disposições estatutárias e para a dissolução.

VII - a forma de gestão administrativa e de aprovação das respectivas contas. [\(Incluído pela Lei nº 11.127, de 2005\)](#)

Art. 55. Os associados devem ter iguais direitos, mas o estatuto poderá instituir categorias com vantagens especiais.

Art. 56. A qualidade de associado é intransmissível, se o estatuto não dispuser o contrário.

Parágrafo único. Se o associado for titular de quota ou fração ideal do patrimônio da associação, a transferência daquela não importará, *de per si*, na atribuição da qualidade de associado ao adquirente ou ao herdeiro, salvo disposição diversa do estatuto.

Art. 57. A exclusão do associado só é admissível havendo justa causa, assim reconhecida em procedimento que assegure direito de defesa e de recurso, nos termos previstos no estatuto. [\(Redação dada pela Lei nº 11.127, de 2005\)](#)

Art. 58. Nenhum associado poderá ser impedido de exercer direito ou função que lhe tenha sido legitimamente conferido, a não ser nos casos e pela forma previstos na lei ou no estatuto.

Art. 59. Compete privativamente à assembléia geral:

I - destituir os administradores; [\(Redação dada pela Lei nº 11.127, de 2005\)](#)

II - alterar o estatuto. [\(Redação dada pela Lei nº 11.127, de 2005\)](#)

Parágrafo único. Para as deliberações a que se referem os incisos I e II deste artigo é exigido deliberação da assembléia especialmente convocada para esse fim, cujo quorum será o estabelecido no estatuto, bem como os critérios de eleição dos administradores. [\(Redação dada pela Lei nº 11.127, de 2005\)](#)

Art. 60. A convocação dos órgãos deliberativos far-se-á na forma do estatuto, garantido a 1/5 (um quinto) dos associados o direito de promovê-la. [\(Redação dada pela Lei nº 11.127, de 2005\)](#)

Art. 61. Dissolvida a associação, o remanescente do seu patrimônio líquido, depois de deduzidas, se for o caso, as quotas ou frações ideais referidas no parágrafo único do art. 56, será destinado à entidade de fins não econômicos designada no estatuto, ou, omissa esta, por deliberação dos associados, à instituição municipal, estadual ou federal, de fins idênticos ou semelhantes.

§ 1º Por cláusula do estatuto ou, no seu silêncio, por deliberação dos associados, podem estes, antes da destinação do remanescente referida neste artigo, receber em restituição, atualizado o respectivo valor, as contribuições que tiverem prestado ao patrimônio da associação.

§ 2º Não existindo no Município, no Estado, no Distrito Federal ou no Território, em que a associação tiver sede, instituição nas condições indicadas neste artigo, o que remanescer do seu patrimônio se devolverá à Fazenda do Estado, do Distrito Federal ou da União.

## Lei das OSCIP Lei 9.790 de 03/03/1999

<p><b>Art. 1º.</b> Podem qualificar-se como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público as pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, desde que os respectivos objetivos sociais e normas estatutárias atendam aos requisitos instituídos por esta Lei.</p>	
<p><b>§ 1º</b> Para os efeitos desta Lei, considera-se sem fins lucrativos a pessoa jurídica de direito privado que não distribui, entre os seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados ou doadores, eventuais excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e que os aplica integralmente na consecução do respectivo objeto social.</p>	
<p><b>Art. 3º</b> A qualificação instituída por esta Lei, observado em qualquer caso, o princípio da Universalização dos serviços, no respectivo âmbito de atuação das Organizações, somente será conferida às pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cujos objetivos sociais tenha pelo menos uma das seguintes finalidades:</p> <p><b>III-</b> promoção gratuita da educação, observando-se a forma complementar de participação das organizações de que trata esta Lei;</p> <p><b>VI-</b> defesa, preservação e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável;</p> <p><b>VII-</b> promoção do voluntariado;</p> <p><b>XI - promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia e de outros valores universais;</b></p> <p><b>Parágrafo único.</b> Para os fins deste artigo, a dedicação às atividades nele previstas configura-se mediante a execução direta de projetos, programas, planos de ações correlatas, por meio da doação de recursos físicos, humanos e financeiros, ou ainda pela prestação de serviços intermediários de apoio a outras organizações sem fins lucrativos e a órgãos do setor público que atuem em áreas afins.</p>	
<p><b>Art. 4º</b> Atendido ao disposto no artigo anterior, exige-se ainda, para qualificarem-se como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, que as pessoas jurídicas interessadas sejam regidas por estatutos, cujas normas expressamente disponham sobre:</p> <p><b>I-</b> a observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e da eficiência;</p>	
<p><b>II-</b> a adoção de práticas de gestão administrativa, necessárias e suficientes a coibir a obtenção, de forma individual ou coletiva, de benefícios ou vantagens pessoais, em decorrência da participação no respectivo processo decisório;</p>	
<p><b>III-</b> a constituição de conselho fiscal ou órgão equivalente, dotado de competência para opinar sobre os relatórios de desempenho financeiro e contábil, e sobre as operações patrimoniais realizadas, emitindo pareceres para os organismos superiores da entidade.</p>	
<p><b>IV-</b> a previsão de que, em caso de dissolução da entidade, o respectivo patrimônio líquido será transferido a outra pessoa jurídica qualificada nos termos desta Lei, preferencialmente que tenha o mesmo objeto social da extinta.</p>	
<p>a previsão de que, na hipótese de a pessoa jurídica perder a qualificação instituída por esta Lei, o respectivo acervo patrimonial disponível, adquirido com recursos públicos durante o período em que perdurou aquela qualificação, será transferido a outra pessoa jurídica qualificada nos termos desta lei, preferencialmente que tenha o mesmo objeto social;</p>	
<p><b>VI-</b> a possibilidade de se instituir remuneração para os dirigentes da entidade, que atuem efetivamente na gestão executiva e para aqueles que a ela prestam serviços específicos, respeitados, em ambos os casos, os valores praticados pelo mercado, na região correspondente à sua área de atuação;</p>	
<p><b>VII-</b> as normas de prestação de contas a serem observadas pela entidade, que determinarão no mínimo:</p> <p>a) a observância dos princípios fundamentais de contabilidade e das Normas Brasileiras de Contabilidade;</p>	
<p>b) que se dê publicidade, por qualquer meio eficaz, no encerramento do exercício fiscal, ao relatório de atividades e das demonstrações financeiras da entidade, incluindo-se as certidões negativas de débitos junto ao INSS e ao FGTS, colocando-os à disposição para exame de qualquer cidadão;</p>	
<p>c) a realização de auditoria, inclusive por auditores externos independentes se for o caso, da aplicação dos eventuais recursos objetos do Termo de Parceria, conforme previsto em regulamento.</p>	
<p>d) a prestação de contas de todos os recursos e bens de origem pública recebidos pelas Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público será feita conforme determina o parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal.</p>	
<p><b>Art. 16</b> É vedada às entidades qualificadas como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público a participação em campanhas de caráter político-partidário ou eleitorais, sob quaisquer meios ou formas.</p>	
<p><b>Art. 18</b> As pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos, qualificadas com base em outros diplomas legais, poderão qualificar-se como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, desde que atendidos aos requisitos para tanto exigidos, sendo-lhes assegurada a manutenção simultânea dessas qualificações, até dois anos contados da data de vigência desta Lei.</p>	
<p><b>§ 1º</b> Findo o prazo de dois anos, a pessoa jurídica interessada em manter a qualificação prevista nesta Lei deverá por ela optar, fato que implicará a renúncia automática de suas qualificações anteriores.</p>	
<p><b>§ 2º</b> Caso não seja feita a opção prevista no parágrafo anterior, a pessoa jurídica perderá automaticamente, a qualificação obtida nos termos desta Lei.</p>	